

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. O Direito da Insolvência	13
1.2. O processo de insolvência	16
2. EVOLUÇÃO GERAL DO REGIME DA INSOLVÊNCIA	21
2.1. Direito Romano	21
2.2. Direito Intermédio	25
2.3. A Codificação	32
2.3.1. O <i>Code de Commerce</i> francês de 1807	32
2.3.2. A <i>Konkursordnung</i> alemã de 1877	34
2.4. O advento do princípio da recuperação de empresas	36
2.5. As reformas recentes em matéria de insolvência	38
2.5.1. Generalidades	38
2.5.2. A reforma francesa de 1984/1985 e a evolução subsequente	39
2.5.3. A reforma inglesa de 1986 e a evolução subsequente	42
2.5.4. A <i>Insolvenzordnung</i> alemã de 1994 e a evolução subsequente	44
3. EVOLUÇÃO DO REGIME DA INSOLVÊNCIA EM PORTUGAL	47
3.1. Fases da evolução	47
3.2. A primeira fase: sistema da <i>falência-liquidação</i>	47
3.2.1. Generalidades	47
3.2.2. A quebra nas Ordenações	48
3.2.3. O Código Comercial de 1833 (FERREIRA BORGES)	50
3.2.4. O Código Comercial de 1888 (VEIGA BEIRÃO)	52
3.2.5. O Código das Falências de 1899	53
3.2.6. O Código de Processo Comercial de 1905	55
3.2.7. O Decreto nº 21758, de 22 de Outubro de 1932	56
3.2.8. O Código das Falências de 1935	59
3.2.9. O Código de Processo Civil de 1939	61
3.3. A segunda fase: o sistema da <i>falência-saneamento</i>	65

3.3.1.	O Código de Processo Civil de 1961	65
3.3.2.	As medidas administrativas de saneamento financeiro das empresas em situação económica difícil	68
3.3.3.	O Decreto-Lei nº 177/86, de 2 de Julho	70
3.3.4.	O Código dos Processos Especiais de Recuperação de Empresa e da Falência	73
3.4.	A terceira fase: o retorno ao sistema da <i>falência-liquidação</i>	76
3.4.1.	A aplicação do sistema em pleno na versão inicial do Código	76
3.4.2.	A sua atenuação após a revisão do Código efectuada pela Lei 16/2012, de 20 de Abril	78
4.	A SITUAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	81
4.1.	Critérios para a definição da situação de insolvência	81
4.2.	O critério da lei portuguesa	82
5.	SUJEITOS PASSIVOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	85
5.1.	Sujeitos passivos abrangidos pelo regime comum da insolvência	85
5.2.	Regimes especiais	89
5.2.1.	Generalidades	89
5.2.2.	Exclusão total de aplicabilidade do CIRE	89
5.2.3.	Aplicabilidade condicionada à inexistência de disposição especial	90
5.2.3.1.	Empresas de seguros	90
5.2.3.2.	Instituições de crédito e sociedades financeiras	90
5.2.3.3.	Empresas de investimento que prestem serviços que impliquem a detenção de fundos ou de valores mobiliários de terceiros	94
5.2.3.4.	Organismos de investimento colectivo	95
6.	A MASSA INSOLVENTE	97
7.	A CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	101
7.1.	Generalidades	101
7.2.	As dívidas da massa insolvente	101
7.3.	Os créditos sobre a insolvência	103
7.3.1.	Generalidades	103
7.3.2.	Os créditos garantidos	104
7.3.3.	Os créditos privilegiados	106
7.3.4.	Os créditos comuns	107
7.3.5.	Os créditos subordinados	107
7.3.5.1.	Generalidades	107
7.3.5.2.	Créditos detidos por pessoas especialmente relacionadas com o devedor, bem como aqueles que tenham sido transmitidos por estas a outrem	108
7.3.5.3.	Juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração de insolvência	110

7.3.5.4.	Os créditos cuja subordinação tenha sido convencionada pelas partes	111
7.3.5.5.	Os créditos que tenham por objecto prestações do devedor a título gratuito	111
7.3.5.6.	Os créditos sobre a insolvência que, como consequência da resolução em benefício da massa insolvente, resultem para o terceiro de má fé	112
7.3.5.7.	Os juros de créditos subordinados constituídos após a declaração de insolvência	113
7.3.5.8.	Os créditos por suprimentos	113
7.3.6.	O regime especial dos créditos sob condição	113
8.	ÓRGÃOS DA INSOLVÊNCIA	117
8.1.	Generalidades	117
8.2.	O Tribunal	117
8.3.	O administrador da insolvência	119
8.3.1.	Generalidades	119
8.3.2.	Nomeação	119
8.3.3.	Funções	121
8.3.4.	Exercício do cargo	123
8.3.5.	Remuneração	124
8.3.6.	Fiscalização	125
8.3.7.	Prestação de contas	126
8.3.8.	Responsabilidade fiscal	127
8.3.9.	Responsabilidade disciplinar	127
8.3.10.	Responsabilidade civil	127
8.3.11.	Cessação de funções	129
8.4.	A comissão de credores	130
8.4.1.	Generalidades	130
8.4.2.	Nomeação e composição	130
8.4.3.	Funções	131
8.4.4.	Funcionamento	134
8.4.5.	Estatuto dos membros	134
8.4.6.	Cessação de funções	135
8.5.	A assembleia de credores	135
8.5.1.	Generalidades	135
8.5.2.	Competência da assembleia de credores	135
8.5.3.	Convocação da assembleia de credores	137
8.5.4.	Participação na assembleia de credores	137
8.5.5.	Voto na assembleia de credores	138
8.5.6.	Funcionamento e suspensão da assembleia de credores	139
8.5.7.	Cessação de funções	140

9. O PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	141
9.1. A legitimidade para o pedido de declaração de insolvência	141
9.2. A apresentação à insolvência pelo devedor	142
9.3. O requerimento da insolvência pelos outros legitimados	145
9.4. Requisitos da petição inicial	148
9.5. Desistência do pedido ou da instância	149
9.6. Consequências da dedução de pedido infundado	150
10. APRECIÇÃO LIMINAR DO PEDIDO E MEDIDAS CAUTELARES	153
10.1. Apreciação liminar do pedido	153
10.2. Medidas cautelares	154
11. OPOSIÇÃO À INSOLVÊNCIA	157
12. AUDIÊNCIA DE DISCUSSÃO E JULGAMENTO	159
13. A SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA E SUA IMPUGNAÇÃO	161
14. A SENTENÇA DE DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA E SEUS EFEITOS	163
14.1. Conteúdo, notificação, citação e publicidade da sentença	163
14.2. A hipótese de insuficiência da massa insolvente	166
14.3. Efeitos da sentença de declaração de insolvência	169
14.3.1. Efeitos sobre o insolvente	169
14.3.1.1. Transferência dos poderes de administração e disposição dos próprios bens para o administrador de insolvência	169
14.3.1.2. Apreensão dos bens	172
14.3.1.3. Fixação de residência ao devedor e seus administradores	174
14.3.1.4. Vinculação do devedor por obrigações de colaboração, informação e apresentação	175
14.3.1.5. Direito a alimentos do devedor pessoa singular	176
14.3.1.6. Limitação à possibilidade de administração de bens alheios por parte do insolvente pessoa singular	178
14.3.1.7. A eventual incapacidade do insolvente pessoa singular	178
14.3.1.8. A dissolução do insolvente pessoa colectiva	179
14.3.2. Efeitos sobre as acções judiciais	180
14.3.3. Efeitos sobre os créditos	182
14.3.4. Efeitos sobre os negócios em curso	187
14.3.4.1. O direito de opção do administrador de insolvência	187
14.3.4.2. Os casos especiais de prestações de coisas infungíveis e prestações fraccionadas	189
14.3.4.2.1. Generalidades	189
14.3.4.2.2. Os casos em que essas prestações constituem créditos do insolvente	190

14.3.4.2.3.	Os casos em que essas prestações constituem dívidas do insolvente	191
14.3.4.3.	Venda com reserva de propriedade, locação financeira e locação-venda	192
14.3.4.3.1.	Insolvência do vendedor ou locador	192
14.3.4.3.2.	Insolvência do comprador ou locatário	193
14.3.4.4.	Venda sem entrega	195
14.3.4.5.	Contrato-promessa	196
14.3.4.6.	Operações a prazo	200
14.3.4.7.	Contrato de locação	202
14.3.4.7.1.	Insolvência do locatário	202
14.3.4.7.2.	Insolvência do locador	204
14.3.4.8.	Contratos de mandato e de gestão	204
14.3.4.8.1.	Insolvência do mandante	204
14.3.4.8.2.	Insolvência do mandatário	206
14.3.4.9.	Procurações	206
14.3.4.10.	Contrato de trabalho	208
14.3.4.10.1.	Insolvência do empregador	208
14.3.4.10.1.1.	Generalidades	208
14.3.4.10.1.2.	A repercussão da insolvência do empregador nos contratos de trabalho existentes enquanto se verificar a administração da empresa insolvente	210
14.3.4.10.1.3.	A possibilidade de celebração de novos contratos de trabalho por parte do administrador da insolvência	213
14.3.4.10.1.4.	Efeitos em caso de encerramento da empresa	215
14.3.4.10.1.5.	Efeitos em caso de alienação da empresa	216
14.3.4.10.1.6.	Efeitos sobre as acções laborais pendentes contra o empregador	218
14.3.4.10.2.	Insolvência do trabalhador	218
14.3.4.11.	Contratos de prestação de serviços	220
14.3.4.11.1.	Prestação duradoura de serviço no interesse do insolvente	220
14.3.4.11.2.	Prestação de serviço pelo devedor insolvente	221
14.3.4.12.	Cessão e penhor de créditos futuros	222
14.3.4.13.	Contratos de conta-corrente	224
14.3.4.14.	Contratos de associação em participação	225
14.3.4.15.	Agrupamento complementar de empresas e agrupamento europeu de interesse económico	225

14.3.4.16.	Injuntividade do regime dos efeitos da insolvência sobre os negócios em curso	226
14.3.5.	A resolução em benefício da massa insolvente	227
14.3.5.1.	Requisitos da resolução em benefício da massa insolvente	227
14.3.5.1.1.	Generalidades	227
14.3.5.1.2.	Requisitos gerais da resolução	227
14.3.5.1.3.	Requisitos da resolução incondicional	229
14.3.5.2.	Exclusão da resolução	231
14.3.5.3.	Legitimidade activa e passiva para o exercício do direito de resolução	232
14.3.5.4.	Forma de exercício do direito de resolução	232
14.3.5.5.	Prazo para o exercício do direito de resolução	233
14.3.5.6.	Oponibilidade da resolução a transmissários posteriores	233
14.3.5.7.	Impugnação da resolução	234
14.3.5.8.	Efeitos da resolução	234
14.3.5.9.	Preclusão da possibilidade de recurso à impugnação pauliana	236
15.	IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA DE DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	237
16.	RECLAMAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS	241
16.1.	Generalidades	241
16.2.	Reclamação de créditos	242
16.3.	Saneamento do processo	247
16.4.	Instrução do processo	248
16.5.	Discussão e julgamento da causa	248
16.6.	Sentença	248
17.	RESTITUIÇÃO E SEPARAÇÃO DE BENS	251
18.	VERIFICAÇÃO ULTERIOR	255
19.	ASSEMBLEIA DE CREDORES DE APRECIACÃO DO RELATÓRIO	259
20.	LIQUIDAÇÃO DA MASSA INSOLVENTE	263
20.1.	Generalidades	263
20.2.	Dispensa, suspensão e interrupção da liquidação	263
20.2.1.	Generalidades	263
20.2.2.	Dispensa da liquidação	264
20.2.3.	Suspensão da liquidação	264
20.2.4.	Interrupção da liquidação	265
20.3.	Regulação especial da liquidação através de plano da insolvência	265
20.4.	Início da liquidação	265
20.5.	Liquidação de bens em situação de contitularidade, indivisão ou litígio sobre a titularidade	266

20.6. O regime específico dos actos de especial relevo e da alienação de empresa compreendida na massa insolvente	267
20.7. Alienação dos bens compreendidos na massa insolvente	269
20.8. Proibição de aquisição de bens da massa insolvente pelo administrador da insolvência	270
20.9. Depósito do produto das vendas	271
20.10. Conclusão da liquidação	271
21. PAGAMENTO	273
21.1. Generalidades	273
21.2. Pagamento das dívidas da massa insolvente	273
21.3. Pagamento dos créditos que beneficiem de garantia real	274
21.4. Pagamento dos créditos privilegiados	275
21.5. Pagamento dos créditos comuns	276
21.6. Pagamento dos créditos subordinados	276
21.7. Aspectos específicos de tutela de certos créditos	277
21.7.1. A situação dos credores de obrigações solidárias	277
21.7.2. A situação dos créditos sob condição suspensiva	277
21.7.3. A situação dos créditos emergentes do contrato de trabalho	277
21.7.4. A situação dos créditos do Estado e das autarquias locais	280
21.7.5. A situação dos créditos das instituições de segurança social	281
21.7.6. A situação dos créditos do Instituto de Emprego e Formação Profissional	283
21.8. Rateio final e pagamentos	283
22. INCIDENTE DE QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA	285
22.1. Generalidades	285
22.2. Pressupostos da qualificação da insolvência	285
22.3. Processamento do incidente	288
22.4. Efeitos da qualificação da insolvência como culposa	291
22.4.1. Generalidades	291
22.4.2. Inibição das pessoas afectadas pela qualificação para a administração de patrimónios de terceiros	292
22.4.3. Inibição dessas pessoas para o exercício do comércio e para a ocupação de cargos sociais em certas pessoas colectivas	293
22.4.4. Perda de créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente	294
22.4.5. Indemnização aos credores do devedor insolvente	294
23. O PLANO DE INSOLVÊNCIA	297
23.1. Generalidades	297
23.2. Legitimidade para ser objecto de plano de insolvência	298
23.3. Legitimidade para apresentar a proposta de plano de insolvência	298
23.4. Conteúdo do plano de insolvência	299
23.5. Condições de eficácia do plano de insolvência	304

23.6. Aprovação do plano de insolvência	304
23.7. Homologação do plano de insolvência	307
23.8. Efeitos da homologação do plano de insolvência	309
23.9. A execução do plano de insolvência	310
24. A ADMINISTRAÇÃO PELO DEVEDOR	313
25. ENCERRAMENTO DO PROCESSO	315
25.1. Pressupostos do encerramento do processo	315
25.2. Efeitos do encerramento do processo	317
25.3. Publicidade do encerramento do processo	320
26. O REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS (RERE)	321
26.1. Generalidades	321
26.2. Pressupostos legais	322
26.3. Tramitação das negociações	325
26.4. Celebração e depósito do protocolo de negociação	326
26.5. Efeitos do depósito do protocolo de negociação	327
26.5.1. Efeitos sobre o devedor	327
26.5.2. Efeitos sobre os credores	328
26.5.3. Efeitos sobre outros processos	329
26.5.4. Efeitos sobre os fornecedores de serviços públicos essenciais	330
26.6. Regime das negociações	330
26.7. Encerramento das negociações	332
26.8. Celebração e depósito de acordo de reestruturação	333
26.9. Efeitos do acordo de reestruturação	334
26.10. Incumprimento do acordo	337
26.11. Articulação com outros processos	338
27. O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO	339
27.1. Generalidades	339
27.2. Pressupostos legais	339
27.3. Tramitação processual	341
27.4. Efeitos da nomeação do administrador judicial provisório	345
27.4.1. Efeitos sobre a empresa	345
27.4.2. Efeitos sobre outros processos	345
27.4.3. Suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade	347
27.4.4. Efeitos sobre os fornecedores de serviços públicos essenciais	348
27.5. Conclusão do processo de revitalização	348
27.5.1. Conclusão do processo com aprovação do plano de recuperação	348
27.5.2. Conclusão do processo sem aprovação do plano de recuperação	351
27.6. O caso especial de homologação de acordos extrajudiciais de recuperação da empresa	352
27.7. Subsistência dos negócios e garantias acordados, mesmo que se verifique a insolvência da empresa	353

27.8. Encerramento do processo e cessação de funções do administrador judicial provisório	354
28. O PROCESSO ESPECIAL PARA ACORDO DE PAGAMENTO	355
28.1. Generalidades	355
28.2. Pressupostos legais	355
28.3. Tramitação processual	356
28.4. Efeitos da nomeação do administrador judicial provisório	358
28.4.1. Efeitos sobre o devedor	358
28.4.2. Suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade	358
28.4.3. Efeitos sobre outros processos	358
28.4.4. Efeitos sobre os fornecedores de serviços públicos essenciais	359
28.5. Conclusão do processo especial para acordo de pagamento	360
28.5.1. Conclusão das negociações com aprovação do acordo de pagamento	360
28.5.2. Conclusão das negociações sem aprovação do acordo de pagamento	362
28.6. O caso especial de homologação de acordo extrajudicial de pagamento	363
28.7. Subsistência dos negócios e garantias acordados, mesmo que se verifique a insolvência do devedor	364
28.8. Encerramento do processo e cessação de funções do administrador judicial provisório	364
29. O REGIME ESPECIAL DA INSOLVÊNCIA DE PESSOAS SINGULARES	365
29.1. A exoneração do passivo restante	365
29.1.1. Generalidades	365
29.1.2. Pressupostos da concessão da exoneração do passivo restante	367
29.1.3. Indeferimento liminar do pedido	368
29.1.4. O despacho inicial	370
29.1.5. A cessão do rendimento disponível do devedor	371
29.1.6. Situação jurídica do fiduciário	372
29.1.7. Situação jurídica do devedor	373
29.1.8. Situação jurídica dos credores	376
29.1.9. Cessação antecipada do procedimento de exoneração	377
29.1.10. Concessão da exoneração do passivo restante	378
29.1.11. Revogação da exoneração	380
29.2. O plano de pagamentos aos credores	380
29.2.1. Generalidades	380
29.2.2. Pressupostos do plano de pagamentos	381
29.2.3. Apresentação do plano de pagamentos	382
29.2.4. Conteúdo do plano de pagamentos	383
29.2.5. Efeitos da apresentação do plano de pagamentos	384
29.2.6. Processamento do plano de pagamentos	385
29.2.7. Aprovação do plano de pagamentos	387
29.2.8. Termos subsequentes à aprovação	389
29.2.9. Consequências da não aprovação ou da revogação do plano de pagamentos	390

29.2.10. Consequências do decretamento da insolvência com aprovação do plano de pagamentos	390
29.2.11. Incumprimento do plano de pagamentos	391
29.2.12. Possibilidade de instauração de novos processos de insolvência	392
29.3. A insolvência de ambos os cônjuges	393
29.3.1. Generalidades	393
29.3.2. Pressupostos da coligação de cônjuges	393
29.3.3. Formas de verificação da coligação de conjúgos	394
29.3.4. Efeitos da coligação de cônjuges	395
30. AS INSOLVÊNCIAS INTERNACIONAIS	397
30.1. Generalidades	397
30.2. Âmbito de aplicação do Regulamento (UE) 2015/848	398
30.3. Regime geral de determinação da lei aplicável	400
30.4. Regras específicas	401
30.5. A competência internacional para o processo de insolvência	405
30.6. A repercussão no estrangeiro dos processos de insolvência que correm nos tribunais portugueses	404
30.7. Repercussão em Portugal dos processos de insolvência que correm no estrangeiro	406
31. OS CRIMES INSOLVENCIAIS	409
31.1. Generalidades	409
31.2. O crime de insolvência dolosa	410
31.3. A frustração de créditos	411
31.4. A insolvência negligente	411
31.5. O favorecimento de credores	412
31.6. Agravação das penas	413
31.7. A indiciação de infracção penal em processo de insolvência	413